



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**20/07/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	3
2.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	4
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	5
3.2. SERVIDORES.....	6
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	7
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	8
5.2. DESEMBARGADORES.....	9
5.3. SERVIDORES.....	10

## TJ cria comissão para acompanhar censo do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) criou uma comissão para auxiliar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na realização do Censo Nacional do Poder Judiciário 2013. A pesquisa vai levantar o perfil socioeconômico da força de trabalho da Justiça estadual em todo o país, no período de 26 de agosto a 27 de setembro deste ano.

**PÁGINA 3**

 PESQUISA

# TJ cria comissão para acompanhar censo do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) criou uma comissão para auxiliar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na realização do Censo Nacional do Poder Judiciário 2013. A pesquisa vai levantar o perfil socioeconômico da força de trabalho da Justiça estadual em todo o país, no período de 26 de agosto a 27 de setembro deste ano.

A juíza Francisca Galiza, auxiliar da presidência do TJ-MA, vai coordenar os trabalhos de mobilização interna e de acompanhamento da execução do censo em nível de primeiro e segundo graus da

Justiça, com o apoio dos servidores Paulo Rocha Neto, diretor de informática e automação; Antonio Carlos de Oliveira, assessor-chefe de comunicação e Eliandro Cruz Araújo, psicólogo da Diretoria de Recursos Humanos.

Segundo a coordenadora, as atividades da comissão censitária deverão ter início nos próximos dias, com a primeira reunião de trabalho do grupo para apresentação do projeto do censo e definição das atribuições dos seus membros.

**CENSO** - A pesquisa, de iniciativa do Conselho, pretende levantar, sistematizar e

analisar as informações pessoais e funcionais para que seja traçado um perfil dos magistrados e dos servidores efetivos, cedidos e sem vínculo, que atuam na Justiça brasileira. As informações sobre cada magistrado e servidor serão prestadas por meio de formulário eletrônico, individualmente. Os dados obtidos na pesquisa serão confidenciais e vão constar do resultado final de forma genérica, sem identificação do respondente.

O Censo do Poder Judiciário também servirá como fonte de dados indispensável para avaliar as políticas

de recursos humanos já existentes, e para o planejamento das políticas públicas do Poder Judiciário, em nível nacional.

O CNJ adotou o conceito "5 minutos do seu dia fazem a diferença", para conscientizar o público interno do Judiciário sobre a importância de participar do censo, que será realizado no segundo semestre, tendo como testes-piloto os tribunais estaduais de Sergipe e Santa Catarina. Mais informações sobre o censo podem ser obtidas na página do CNJ na internet, no endereço: <http://www.cnj.jus.br/censo>.

**O TRIBUNAL** de Justiça do Maranhão criou uma comissão que irá auxiliar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na realização do Censo Nacional do Poder Judiciário 2013. A pesquisa vai levantar o perfil socioeconômico da força de trabalho da Justiça estadual em todo o país, no período de 26 de agosto a 27 de setembro deste ano.

## Casamento

fotografia@mirante.com.br

Divulgação

**SÃO LUÍS GONZAGA** - O juiz João Paulo Melo oficializou a união do casal mais velho do casamento comunitário: Antonio Paula da Silva (72) e Maria Lúcia da Silva (74). A cerimônia foi realizada quinta-feira na quadra de esportes. Mais de 100 casais foram unidos oficialmente. O evento contou com a presença do corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha.



## • Censo do TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) criou uma comissão que irá auxiliar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na realização do Censo Nacional do Poder Judiciário 2013. A pesquisa vai levantar o perfil socioeconômico da força de trabalho da Justiça estadual em todo o país, no período de 26 de agosto a 27 de setembro deste ano. A juíza Francisca Galiza, auxiliar da presidência do TJMA, vai coordenar os trabalhos de mobilização interna e de acompanhamento da execução do censo em nível de primeiro e segundo graus da Justiça, com o apoio dos servidores Paulo Rocha Neto, diretor de informática e automação; Antonio Carlos de Oliveira, assessor-chefe de comunicação e Eliandro Cruz Araújo, psicólogo da Diretoria de Recursos Humanos. Segundo a coordenadora, as atividades da comissão censitária deverão ter início nos próximos dias, com a primeira reunião de trabalho do grupo para apresentação do projeto do censo e definição das atribuições dos seus membros.

## • Estudo

A pesquisa, de iniciativa do Conselho, pretende levantar, sistematizar e analisar as informações pessoais e funcionais para que seja traçado um perfil dos magistrados e dos servidores efetivos, cedidos e sem vínculo, que atuam na Justiça brasileira. As informações sobre cada magistrado e servidor serão prestadas por meio de formulário eletrônico, individualmente. Os dados obtidos na pesquisa serão confidenciais e vão constar do resultado final de forma genérica, sem identificação do respondente.

## • Fonte de dados

O Censo do Poder Judiciário também servirá como fonte de dados indispensável para avaliar as políticas de recursos humanos já existentes, e para o planejamento das políticas públicas do Poder Judiciário, em nível nacional. O CNJ adotou o conceito "5 minutos do seu dia fazem a diferença", para conscientizar o público interno do Judiciário sobre a importância de participar do censo, que será realizado no segundo semestre, tendo como testes-piloto os tribunais estaduais de Sergipe e Santa Catarina. Mais informações sobre o censo podem ser obtidas na página do CNJ na internet, no endereço: <http://www.cnj.jus.br/censo>.

## 'CONTROLE DE QUALIDADE'

# Judiciário avalia desempenho de mais de 1.500 servidores

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concluiu a avaliação funcional de mais de 1.500 servidores em todo o Estado nos primeiros seis meses do ano. A aferição é requisito para obter estabilidade na carreira e destina-se aos concursados que se encontram em estágio probatório e que aguardam promoção ou progressão funcional.

Dos cerca de cinco mil servidores do Poder Judiciário, 1.584 foram avaliados. Do total, 1.370 (86%) atingiram a conceituação "excelente", 175 (11%) "bom", 32 (2%) "satisfatório" e apenas 7 (0,4%) "insuficiente".

"A avaliação é um 'controle de qualidade' e uma ferramenta que o Tribunal adota para direcionar as ações necessárias ao aprimoramento do potencial dos servidores. Um estímulo para que ele seja agente da sua própria capacitação", explica o presidente do TJMA, desembarga-

dor Antonio Guerreiro Júnior.

Na avaliação são considerados fatores como assiduidade, capacidade de iniciativa, disciplina, pontualidade e responsabilidade. Ela é dividida em três etapas consecutivas, que ocorrem no décimo, vigésimo e trigésimo mês de efetivo exercício no cargo. Cada etapa tem pontuação mínima de 30 e máxima de 210 pontos.

São considerados aprovados os servidores que obtiverem a homologação da sua avaliação constatando desempenho satisfatório, ou seja, resultado igual ou superior a 70% da pontuação máxima possível.

**PROMOÇÃO** - Os servidores que são promovidos recebem aumento salarial, calculado a partir de percentual, atualmente de 2,5%, sob o vencimento base do servidor efetivo, conforme valores disponíveis no quadro de plano de cargos e carreiras.



**Desembargador** Guerreiro Júnior, presidente do TJMA





**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO**

Secretária da 9ª vara civil  
Forum Desembargador Samey Costa  
Rua Professor Carlos cunha S/N- Caihau, 6º andar  
Cep. 65076-620- São Luis-MA  
(98)3194-5496

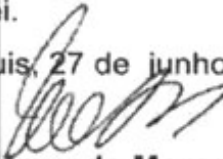
**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30(TRINTA) DIAS**

**Reg. Distribuição** :23393-20.2008.8.10.0001  
**Denominação** :CAUTELAR DE ARRESTO  
**Parte(s) Requerente(s)** :BARBOSA ENGENHARIA LTDA  
**Parte(s) requerida(s)** :ANDREA MARTINS NOGUEIRA

**Citando(a) (s): ANDREA MARTINS NOGUEIRA, com endereço incerto e não sabido.**

**FINALIDADE:** Citação de pessoa acima nomeada, para querendo, ofertar resposta aos termos da inicial da demanda supra caracterizada, no prazo de quinze dias, que terá início findo o lapso temporal de trinta dias indicado neste, sob as cominações da revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será fixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luis, 27 de junho de 2013.

  
**Dr. Raimundo Moraes Boguea**  
Juiz de Direito Titular da 9ª vara Cível

## TJ cria comissão para acompanhar censo do Poder Judiciário em 2013

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) criou uma comissão que irá auxiliar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na realização do Censo Nacional do Poder Judiciário 2013. A pesquisa vai levantar o perfil socioeconômico da força de trabalho da Justiça estadual em todo o país, no período de 26 de agosto a 27 de setembro deste ano.

A juíza Francisca Galiza, auxiliar da presidência do TJMA, vai coordenar os trabalhos de mobilização interna e de acompanhamento da execução do censo em nível de primeiro e segundo graus da Justiça, com o apoio dos servidores Paulo Rocha Neto, diretor de informática e automação; Antonio Carlos de Oliveira, assessor-chefe de comunicação e Eliandro Cruz Araújo, psicólogo da Diretoria de Recursos Humanos.

Segundo a coordenadora, as atividades da comissão censitária deverão ter início nos próximos dias, com a primeira reunião de trabalho do grupo para apresentação do projeto do censo e definição das atribuições dos seus membros.

**Censo** – A pesquisa, de iniciativa do Conselho, pretende

levantar, sistematizar e analisar as informações pessoais e funcionais para que seja traçado um perfil dos magistrados e dos servidores efetivos, cedidos e sem vínculo, que atuam na Justiça brasileira. As informações sobre cada magistrado e servidor serão prestadas por meio de formulário eletrônico, individualmente. Os dados obtidos na pesquisa serão confidenciais e não constarão do resultado final de forma genérica, sem identificação do respondente.

O Censo do Poder Judiciário também servirá como fonte de dados indispensável para avaliar as políticas de recursos humanos já existentes, e para o planejamento das políticas públicas do Poder Judiciário, em nível nacional.

O CNJ adotou o conceito “5 minutos do seu dia fazem a diferença”, para conscientizar o público interno do Judiciário sobre a importância de participar do censo, que será realizado no segundo semestre, tendo como testes-piloto os tribunais estaduais de Sergipe e Santa Catarina. Mais informações sobre o censo podem ser obtidas na página do CNJ na internet, no endereço: <http://www.cnj.jus.br/censo>.

## Jaime Araújo assume plantão

O desembargador Jaime Araújo responde pelo plantão judicial de 2º grau até domingo. Durante o plantão, são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus – que correspondem a 50% da demanda –, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória.

Os servidores plantonistas até domingo (21) são José de Jesus Costa (analista judiciário), que pode ser encontrado no celular (98) 8866-9274 e Thais Bittencourt Fróz (oficial de justiça). O telefone do Plantão é o (98) 8815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores plantonistas são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

A partir de segunda-feira (22), responderá pelo plantão o desembargador Raimundo Barros, em substituição à desembargadora Anildes Cruz.

O serviço de plantão funciona das 18h às 8h, em dias úteis. Nos sábados, domingos e feriados, inclusive os de ponto facultativo, inicia-se às 18h do último dia útil anterior e se estende até às 8h do primeiro dia útil subsequente.

## Judiciário avalia desempenho de mais de 1.500 servidores

O Tribunal de Justiça concluiu a avaliação funcional de mais de 1.500 servidores em todo o Estado nos primeiros seis meses do ano. A aferição é requisito para obter estabilidade na carreira e destina-se aos concursados que se encontram em estágio probatório e que aguardam promoção ou progressão funcional.

Dos cerca de cinco mil servidores do Poder Judiciário, 1.584 foram avaliados. Do total, 1.370 (86%) atingiram a conceituação “excelente”, 175 (11%) “bom”, 32 (2%) “satisfatório” e apenas 7 “A avaliação é um ‘controle de qualidade’ e uma ferramenta que o Tribunal adota para direcionar as ações necessárias ao aprimoramento do potencial dos servidores. Um estímulo para que ele seja agente da sua própria capacitação”, explica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

Na avaliação são considerados fatores como assiduidade, capacidade de iniciativa, disciplina, pontualidade e responsabilidade. Ela é dividida em três etapas consecutivas, que ocorrem no décimo, vigésimo e trigésimo mês de efetivo exercício no cargo. Cada etapa tem pontuação mínima de 30 e máxima de 210 pontos.

São considerados aprovados os servidores que obtiverem a homologação da sua avaliação constatando desempenho satisfatório, ou seja, resultado igual ou superior a 70% da pontuação máxima possível.

Promoção - Os servidores que são promovidos recebem aumento salarial, calculado a partir de percentual, atualmente de 2,5%, sob o vencimento base do servidor efetivo, conforme valores disponíveis no quadro de plano de cargos e carreiras.